

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone +251115- 517700 Fax : +251115- 517844
Website : www.au.int

EA20822 - 33/33/22/12

CONSELHO EXECUTIVO
Trigésima-Segunda Sessão Ordinária
22 – 26 Janeiro de 2018
Adis Abeba, Etiópiã

EX.CL/1045(XXXII)
Original: Inglês

**RELATÓRIO DA PRIMEIRA REUNIÃO MINISTERIAL DO COMITÉ
TÉCNICO ESPECIALIZADO DE FINANÇAS, ASSUNTOS
MONETÁRIOS, PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA E INTEGRAÇÃO
26 - 27 DE OUTUBRO DE 2017 ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P. O. Box 3243, Addis Ababa, ETHIOPIA Tel.: Tel: +251-115- 517 700 Fax: +251-115- 517844 / 5182523
Website: www.au.int

EA20822 - 33/33/22/12

**1ª Reunião do Comité Técnico Especializado de
Finanças, Assuntos Monetários, Planificação
Económica e Integração
Reunião de Ministros
26 - 27 de Outubro de 2017
Adis Abeba, Etiópia**

Eco/STC/MAEPI/MIN/Rpt

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

RELATÓRIO DA REUNIÃO DOS MINISTROS

I. Introdução

1. A 1.^a Reunião do Comité Técnico Especializado (CTE) de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração foi realizada na Sede da Comissão da União Africana, em Adis Abeba, Etiópia, nos dias 26 e 27 de Outubro de 2017.

A. Participação

2. A reunião contou com a participação de representantes dos seguintes Estados-membros: Argélia, Benin, Botswana, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Eritreia, Etiópia, Guiné Equatorial, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Marrocos, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Sarauí, Senegal, Sierra Leone, África do Sul, Swazilândia, Sudão, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

3. A reunião contou ainda com representantes de instituições africanas e internacionais e representantes dos departamentos técnicos da Comissão da União Africana.

B. Abertura da Reunião [Ponto 1 da Agenda]

4. A sessão de abertura foi moderada pelo Dr. Rene Kouassi, Director dos Assuntos Económicos da Comissão da União Africana.

5. No seu discurso de abertura, o Comissário para os Assuntos Económicos, expressou o seu mais profundo e sincero agradecimento ao povo e ao Governo da República Federal Democrática da Etiópia pelo seu apoio contínuo à CUA e agradeceu os ministros e peritos presentes pela sua participação.

6. Referiu que o CTE está, cada vez mais, a tornar-se um fórum continental onde os decisores políticos africanos reúnem-se para discutir questões pertinentes para a transformação e o desenvolvimento socioeconómico de África no âmbito da Agenda 2063 "A África que Aspiramos". Neste contexto, sublinhou a importância da concepção de políticas económicas baseadas em evidências na busca de soluções ideais para ultrapassar o paradoxo de uma África que na última década tem estado a registar um crescimento impressionante, mas que é, ao mesmo tempo, caracterizada por desigualdades e pobreza crescente e generalizada. Destacando os ricos recursos minerais e naturais do continente, salientou a necessidade de uma mudança de paradigma para a diversificação económica através da industrialização e agregação de valor. Por conseguinte, salientou ainda que o desenvolvimento de uma indústria transformadora dinâmica é fundamental para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais e a integração das pequenas e médias empresas (PME)

africanas nas cadeias de valor globais. Reiterou a importância de desenvolver infra-estruturas robustas, aumentar o fornecimento de energia e reforçar a governação por forma a criar as pré-condições para que África deixe de produzir menos e passe a produzir mais.

7. Para que África se transforme dentro da próxima década, fez alusão à importância da mobilização interna num contexto global de redução dos recursos financeiros relacionados com a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Nessa perspectiva, apelou aos Estados-membros a assinar e ratificar os protocolos que criam as instituições financeiras previstas no Artigo 19.º do Acto Constitutivo da União Africana, ou seja, o Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano e o Banco Africano de Investimento. Salientou ainda que era fundamental dotar o continente de infra-estruturas monetárias e financeiras com vista à implementação dos 12 projectos emblemáticos da Agenda 2063.

8. Reconhecendo o papel da integração regional como uma ferramenta para tirar vantagem do dividendo demográfico de África através de uma profunda redução das desigualdades e da pobreza, aludiu à importância de programas continentais em sectores críticos como as infra-estruturas, educação e energia.

9. Em conclusão, sublinhou o compromisso da Comissão de trabalhar em estreita colaboração com todos os seus Estados-membros e parceiros para fazer face aos desafios que o continente enfrenta. Em seguida, salientou que o poder político da Comissão reside na capacidade dos Estados-membros implementar a taxa de 0,2 por cento sobre bens importados, aprovada pela Conferência da União, em Julho de 2016. No seu discurso de abertura, S.Ex.^a Prof. Victor Harison, Comissário para os Assuntos Económicos da CUA, deu as boas-vindas e expressou o seu sincero apreço às autoridades da República Federal Democrática da Etiópia pelos meios disponibilizados para a organização da presente Primeira Reunião Anual. Acrescentou que o CTE está a tornar-se cada vez mais uma plataforma continental que procura buscar soluções africanas para os problemas africanos tendo em vista a concretização da Agenda 2063, “a África que aspiramos”.

C. Eleição da Mesa [Ponto 2 da Agenda]

10. Na sequência das consultas regionais, a Mesa para a Primeira Reunião do CTE foi eleita como se segue:

Presidente:	África Oriental - República do Sudão
1.º Vice-presidente:	África Central - República Centro-Africana:
2.º Vice-presidente:	África Ocidental - República do Senegal
3.º Vice-presidente:	África do Norte (Continuação das consultas)
Relator:	África Austral - Reino do Lesoto

D. Aprovação do Projecto de Agenda [Ponto 3 da Agenda]

11. A reunião aprovou a seguinte agenda:

- (a) Abertura da Conferência;
- (b) Eleição da Mesa;
- (c) Aprovação da Agenda;
- (d) Discurso Principal sobre questões económicas em África e sobre "Crescimento, desigualdade e desemprego";
- (e) Painel Ministerial sobre "Crescimento, desigualdade e desemprego";
- (f) Estatística de Receitas em África - Publicação (Lançamento);
- (g) Apreciação do Relatório e das Recomendações da Reunião de Peritos;
- (h) Apreciação e Aprovação do Relatório e das Recomendações da Reunião Ministerial e da Declaração Ministerial;
- (i) Diversos;
- (j) Local da próxima reunião;
- (k) Encerramento da Reunião.

II. Descrição dos Trabalhos da Reunião

**Painel de Debate sobre "Crescimento, Desigualdade e Desemprego"
[Ponto 5 da Agenda]**

Apresentação

A. Painel de Debate sobre Crescimento

12. A primeira reunião ministerial do painel de alto nível foi presidida pelo Dr. Bwalya K. E. Ngandu - Vice-governador, Divisão de Operações do Banco Central da Zâmbia. O painel foi composto por S.Ex.^a Dr. Mohamed Maait, Vice-ministro das Finanças e do Tesouro do Egipto e S.Ex.^a Idriss Mohamed, Ministro da Cooperação Internacional do Sudão.

Apresentações

13. O Dr. Bwalya K. E. Ngandu apresentou o tema, ressaltando que o crescimento em África não é suficientemente inclusivo, pelo facto de na sua forma actual não gerar empregos suficientes. Sublinhou a importância do crescimento como factor de transformação económica e social em África. Salientou a necessidade de transferência de mão-de-obra dos sectores de menor valor acrescentados para os sectores de maior valor acrescentado através da transformação de recursos naturais. A este respeito, o Presidente solicitou ao Dr. Mohamed Maait que se debruçasse sobre a identificação das estratégias necessárias para a geração de um crescimento inclusivo sustentável em África; solicitou igualmente à S.Ex.^a Idriss Mohamed que esclarecesse o papel da industrialização e da integração regional na promoção do crescimento, e convidou ainda o Sr. Comissário para apresentar os desafios que o desenvolvimento industrial enfrenta e as lições aprendidas com as experiências do passado.

14. Na sua apresentação, o Dr. Mohamed Maait indicou que existem alguns requisitos que são necessários com vista a gerar um crescimento sustentável e inclusivo. Afirmou que o padrão, bem como o ritmo de crescimento é um factor importante a ser considerado por forma a alcançar a inclusão. Para este efeito, o crescimento deve ser impulsionado por uma grande variedade de sectores. Além disso, investimentos, exportações líquidas e o consumo são essenciais para promover o crescimento económico inclusivo. Ressaltou a importância de promover um crescimento favorável ao emprego e de reduzir as disparidades territoriais através de diversos investimentos nacionais e estrangeiros. O Dr. Maait sublinhou a necessidade de um ambiente propício para o desenvolvimento humano através do desenvolvimento de competências empresariais, do reforço dos sistemas de saúde e da construção de infra-estruturas socioeconómicas básicas tais como estradas e saneamento. Notou a importância de uma abordagem inclusiva através de Parcerias Público-Privadas. Apelou aos países que continuassem a envidar esforços no sentido de reforçar o processo de integração regional, a fim de impulsionar o crescimento económico, tirando proveito da criação de um mercado comum. Relativamente à questão da inclusão, o Dr. Maait deu o exemplo do Egipto, onde, antes da revolução, a sua taxa de crescimento situava-se em 7%, depois da qual caiu para cerca de 2%, e isto deveu-se ao facto de que a economia dependia, principalmente, do sector do turismo. Em resposta a isso, o país iniciou reformas fiscais e monetárias que tiveram um impacto positivo e resultaram num aumento da taxa de crescimento na ordem de 5%. Por último, incentivou os Estados-membros a promover a diversificação através de um crescimento equilibrado. Destacou que a coordenação, incluindo, entre outros, as políticas económicas, são fundamentais, em particular no actual contexto de incerteza mundial.

15. Na sua apresentação, S.Ex.^a Idriss Mohamed afirmou que África tem um enorme potencial económico, com o seu vasto conjunto de recursos naturais que poderia ser a espinha dorsal do desenvolvimento da indústria transformadora. Incentivou os países a desenvolver um plano comum de desenvolvimento da

indústria transformadora tendo em conta as vantagens comparativas existentes. Saliu em destaque que, apesar dos enormes recursos financeiros que têm sido injectados no sector manufactureiro, África ainda enfrenta desafios no desenvolvimento deste sector, devido a fracassos em termos de políticas. Afirmou que o desenvolvimento do sector agrícola é essencial para reduzir as desigualdades, dada a sua contribuição para a criação de emprego, que corresponde a cerca de 60% dos empregos criados, e destacou a importância da criação de instituições fortes. Além disso, salientou que a promoção da agenda de integração regional através de iniciativas como o Fundo de Energia da África Oriental e do desenvolvimento de infra-estruturas regionais são os principais factores para o crescimento e desenvolvimento inclusivo. Suguiu o reforço das parcerias em África.

16. O Comissário incentivou os Estados-membros a apoiar os produtos nacionais com o objectivo de aumentar a sua produção nacional e gerar crescimento económico inclusivo. Sublinhou a necessidade de África promover o desenvolvimento industrial para tirar proveito do potencial de um mercado unificado no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental. Por conseguinte, destacou a importância de combater os fluxos financeiros ilícitos com o objectivo de orientar os recursos africanos para projectos de transformação em sectores críticos, tais como infra-estruturas e energia. Referiu ainda a importância do desenvolvimento dos mercados locais e da abordagem dos problemas estruturais nos sectores de energia e infra-estruturas. Por último, destacou a importância de tirar proveito do potencial da economia azul e do sector do turismo.

Debates

17. No debate que se seguiu, os participantes levantaram uma série de questões. O comércio intra-africano é um dos principais componentes da integração regional. Portanto, há necessidade de simplificar as políticas de modo a atrair investimentos em toda a África e acelerar a integração regional. A capacidade humana é o principal motor do crescimento inclusivo e tem de ser aproveitada através de investimentos nacionais e externos. A educação e o desenvolvimento de competências devem ser promovidos por forma a capacitar os empresários, particularmente os jovens e as mulheres. As tecnologias e os serviços são também essenciais para a geração de crescimento inclusivo. É importante transformar as matérias-primas em produtos acabados em África; o intercâmbio de produtos industriais e de serviços no continente africano é limitado.

18. A corrupção foi considerada como um dos obstáculos ao alcance do crescimento económico inclusivo e sustentável. A corrupção desencoraja investidores e aumenta as desigualdades. A este respeito, a União Africana dedicou 2018 como o ano de luta contra a corrupção. Os esforços devem ser orientados para a consideração da correcta combinação de políticas, auditoria da legislação nacional e promulgação de leis em consonância com o contexto global. Os Fluxos Financeiros Ilícitos (FFI) têm de ser abordados. O financiamento do desenvolvimento de África requer uma abordagem abrangente que tire proveito do potencial da mobilização de

recursos internos. Por conseguinte, a reunião notou a necessidade de melhorar a governação e a responsabilização para reduzir perdas financeiras significativas como resultando de fluxos financeiros ilícitos através da luta contra a corrupção.

19. A reunião notou que o aumento da produtividade é fundamental. O enfoque deve ir além do PIB, ou seja, deve-se assegurar a distribuição da riqueza. Os benefícios do crescimento devem ser distribuídos de forma equitativa a todos os segmentos da sociedade com vista a aumentar os padrões de vida. Os peritos notaram também que havia necessidade de criar um ambiente propício para reforçar e promover o sector privado. Além disso, houve um consenso geral de que a coordenação das políticas fiscais e monetárias era um aspecto importante para gerar e sustentar o crescimento. Relativamente ao financiamento, foi acordado que os mecanismos de autofinanciamento da UA iriam reduzir a dependência de parceiros.

20. Além da resolução de Kigali sobre a instituição de um imposto de 0,2 por cento sobre importações, os Estados-membros devem igualmente envidar esforços destinados a financiar programas de desenvolvimento nos seus respectivos países. Uma outra questão que foi levantada foi de que a estabilidade dos sectores e a continuidade das políticas (tributação, procedimentos administrativos, segurança, etc.) são importantes para atrair investimento directo estrangeiro e gerar crescimento económico.

Recomendações

21. As seguintes recomendações foram feitas:

- (a) Há necessidade de aumentar a capacidade de mobilização de recursos internos dos países africanos, a fim de colmatar o enorme défice financeiro que dificulta a implementação de programas de desenvolvimento de âmbito continental;
- (b) Os Estados-membros devem adoptar medidas estruturais para diversificar as suas economias e, por conseguinte, aumentar a sua resiliência aos choques externos;
- (c) Os Estados-membros devem criar instituições fortes e promover a boa governação para reduzir a disseminação dos fluxos financeiros ilícitos, a fim de direccionar esses recursos a programas de desenvolvimento;
- (d) Há necessidade de os Estados-membros transformar o seu panorama económico através da industrialização e agregação de valor aos recursos naturais.

2.ª Sessão (continuação): Painel de Debate sobre Desigualdade e Desemprego

22. O segundo painel ministerial de alto nível foi presidido por S.Ex.^a Rakiya Eddarhem, Secretário de Estado do Reino de Marrocos. O painel foi composto pelo Professor Abou Kane, do Senegal, e pelo Dr. René Kouassi, Director dos Assuntos Económicos. O Presidente descreveu a importância do desenvolvimento de uma política de emprego comum e da promoção da Investigação e do Desenvolvimento. Salientou a necessidade de melhorar a mobilização de recursos internos e desenvolver políticas que estejam em consonância com o contexto Africano, bem como de cooperar com os parceiros no desenvolvimento de sectores tais como o sector financeiro. Solicitou aos peritos que discutissem os desafios enfrentados pelos formuladores de políticas a nível nacional na abordagem da desigualdade e do desemprego.

Apresentações

23. O Prof Kane afirmou que o ponto-chave é identificar os factores de exclusão. Segundo ele, o principal desafio é alcançar um crescimento económico elevado e sustentável, a fim de reduzir a desigualdade. No Senegal, o foco do governo é a protecção social, particularmente para as camadas mais vulneráveis e dependentes, ou seja, as crianças e os anciãos. O governo senegalês tem implementado iniciativas de desenvolvimento como o Programa de Emergência de Desenvolvimento Comunitário (PUDC), que visa a construção de estradas secundárias rurais, provisão de instituições sociais e aumento do acesso à água. O Prof. Kane sublinhou que a descentralização é a chave para a redução da desigualdade, dado que, em muitos países, a maioria das instituições está concentrada nas capitais. Portanto, destacou a necessidade de desenvolver programas nas zonas rurais. Além disso, ressaltou que o aumento da produtividade agrícola é importante para gerar renda para os agricultores. O governo senegalês está actualmente a promover o rápido desenvolvimento do espírito empresarial através do desembolso de fundos para recém-graduados e tem estado a ajudá-los a estabelecer o seu próprio negócio. Criação de zonas económicas especiais que ofereçam boas condições fiscais pode também ajudar a criar emprego.

24. O Dr. Kouassi afirmou que a desigualdade é multidimensional e é um fenómeno mundial, apesar de ser elevado e persistente em África. Segundo ele, a desigualdade é um problema real que África enfrenta. Salientou a necessidade de implementar políticas de redistribuição através de sistemas fiscais eficientes, através do controlo dos efeitos adversos da tributação excessiva na economia. Sublinhou os conceitos dos aspectos positivos e negativos da desigualdade. De facto, segundo ele, acredita-se a desigualdade tem impactos negativos, mas há situações em que reforça o crescimento económico. Além da renda, a abordagem da desigualdade de oportunidades é essencial. África tem de tirar proveito de dois eventos: Desenvolver as cadeias de valor e atrair IDE pelo facto de o custo de mão-de-obra em África estar a tornar-se relativamente baixo. Por último, o Dr. Kouassi reiterou a necessidade do desenvolvimento industrial.

Debates

25. Os participantes referiram que África ainda não alcançou a independência económica. Além disso, constatou-se que as instituições necessitam de muitos fundos para implementar programas de emprego e de redução da desigualdade. Ademais, há necessidade de criar fundos sociais de modo a apoiar as famílias rurais e pobres. A participação do sector privado na formação de futuros trabalhadores foi citada como uma necessidade. A este respeito, os conteúdos dos currículos de ensino devem ser revistos e adaptados às necessidades dos mercados de trabalho. É importante criar condições para que os agricultores tenham acesso aos mercados, através de investimentos em infra-estruturas e sistemas de informação sobre os mercados. O financiamento das PME foi igualmente destacado como um factor importante na redução das desigualdades e criação de postos de trabalho.

Recomendações

26. A reunião fez as seguintes recomendações:

- (a) Solicitar à Comissão da União Africana, às CER e aos Estados-membros que promovam o espírito empresarial e assegurem o acesso a serviços financeiros, oportunidades do mercado e desenvolvimento de competências dos trabalhadores, em particular das mulheres e dos jovens;
- (b) A Comissão da União Africana, as CER e os Estados-membros devem acelerar a agenda de integração regional, aumentar o comércio intra-africano e desenvolver programas de desenvolvimento nos sectores transformadores críticos, tais como infra-estruturas, energia, educação, ciência e tecnologia, a fim de reforçar o crescimento, gerar empregos e garantir uma prosperidade comum ampla;
- (c) Os Estados-membros são incentivados a criar fundos sociais, a fim de apoiar as famílias rurais e pobres e reduzir a desigualdade;
- (d) Solicitar aos Estados-membros que promovam políticas de redistribuição através de sistemas fiscais eficientes tendo em vista uma maior distribuição equitativa dos rendimentos pós-imposto, e invistam em sectores sociais, especificamente para apoiar as famílias pobres e vulneráveis.

3.ª Sessão: Lançamento da Publicação “Estatísticas de Receitas em África” [Ponto 6 da Agenda]

27. O representante da OCDE apresentou o relatório sobre as Estatísticas de Receitas em África. A reunião elogiou a cooperação entre a Comissão e a OCDE, e recomendou que a mesma seja reforçada no futuro.

4.ª Sessão: Apreciação do Relatório e das Recomendações da Reunião de Peritos [Ponto 7 da Agenda]

28. A reunião tomou nota do Relatório da Reunião de Peritos. Aquando da apreciação do Relatório, os Ministros fizeram as seguintes recomendações:

Avaliação do Progresso da Integração Regional em África e Apresentação sobre o Tema: "Crescimento, Emprego e Desigualdades"

29. A reunião fez as seguintes recomendações:

- (a) Os Estados-membros devem continuar a criar instituições sólidas, conceber e implementar políticas públicas apropriadas para a redução significativa do desemprego, da pobreza e das desigualdades;
- (b) Os Estados-membros devem continuar a diversificar as suas economias de modo a reforçar a sua resiliência e apoiar a transição do sector informal para a economia formal, a fim de aumentar a produtividade e a criação de emprego;
- (c) A Comissão da União Africana, com o apoio dos seus parceiros, deve continuar a desenvolver dados e indicadores estatísticos para a melhoria da avaliação das desigualdades sociais e da pobreza em África com vista a formular e implementar políticas baseadas em evidências;
- (d) A Comissão da União Africana, em estreita colaboração com as CER, deve conceber políticas regionais eficazes que apoiem o crescimento inclusivo e sustentável de modo a reduzir as disparidades nacionais e regionais;
- (e) A Comissão da União Africana deve melhorar a qualidade da sua avaliação da integração continental com indicadores mais abrangentes, com vista a destacar os benefícios da integração regional. A este respeito, a Comissão deve emular a partilha de experiências de integração bem-sucedidas em outras CER, como a livre circulação de pessoas e o Programa Agrícola Comum na região da CEDEAO e a comunicação por fibra óptica para o reforço das trocas comerciais na CAO e nos Estados-membros, a fim de reduzir o possível custo da integração;

- (f) A Comissão da União Africana deve continuar a apoiar os Estados-membros nos seus esforços destinados a aumentar a mobilização dos recursos internos, através, em particular, do alargamento da sua base tributária e do combate aos fluxos financeiros ilícitos.

Apresentação da Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA II) Revista

30. A reunião fez as seguintes recomendações:

- a) Aprovação da Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA II) revista, incluindo o seu Plano de Acção, Plano de Financiamento e Estratégia de Mobilização de Recursos, com proposta de alterações;
- b) Solicitou aos Estados-membros que implementassem a Decisão da Conferência de alocar 0.15% do seu orçamento nacional ao sector das estatísticas;
- c) Solicitou aos Estados-membros que promovessem uma cultura de formulação de políticas e tomada de decisões baseadas em evidências a todos os níveis;
- d) Solicitou ao BAD, com o apoio da CUA, UNECA e ACBF, que liderasse a preparação de um programa estatístico continental em apoio à SHaSA II; e mobilizasse recursos financeiros sustentáveis para a implementação efectiva da SHaSA II;
- e) Solicitou à CUA, com o apoio técnico do BAD, UNECA, ACBF e dos parceiros, que desenvolvesse uma estratégia especial para apoiar os países africanos, em particular os países acabados de sair de situações de conflito, Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e países frágeis, a implementar a SHaSA II;
- f) Solicitou à CUA que implementasse uma estratégia de advocacia destinada a assegurar que os dados publicados pelas organizações internacionais reflectam os dados dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos países africanos;
- g) Apelou aos Parceiros de Desenvolvimento, ao Sector Privado, às Organizações da Sociedade Civil, às Fundações, aos Parlamentares, às Universidades, aos Órgãos de Comunicação Social e outras instituições a promover a SHaSA II e a apoiar a sua implementação.

Código de Investimento Pan-Africano (PAIC)

31. A reunião fez as seguintes recomendações:
- (a) Solicitou à CUA que revesse o projecto de código de modo a reflectir a natureza não vinculativa do mesmo;
 - (b) Analisar o PAIC revisto e solicitar à CUA que o submeta ao CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais, aos Ministros do Comércio, bem como outros CTE relevantes, para apreciação e submissão aos CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos para uma análise mais aprofundada.

Centro de Excelência Africano de Mercados Inclusivos (AIMEC)

32. A reunião fez as seguintes recomendações:
- (a) Aprovar a criação do Centro de Excelência de Mercados Inclusivos Africanos (AIMEC); e
 - (b) Solicitar à CUA que examine as modalidades práticas para a operacionalização do Centro em consonância com o regulamento interno da UA.

Agenda 2063: Relatório de Implementação - Quadro de Validação, Monitorização e Avaliação e Estratégia de Mobilização de Recursos Internos

33. As seguintes recomendações foram feitas tendo em conta o mandato do Comité Ministerial para a Agenda 2063:

i. Quadro de Monitorização e Avaliação da Agenda 2063

- (a) Solicitar à CUA, em colaboração com as CER, que aprimore o Quadro de Monitorização e Avaliação com vista a incorporar indicadores adicionais conforme proposto pelos intervenientes relevantes, incluindo a UNECA, antes da sua apresentação para aprovação em Janeiro de 2018;
- (b) Recomendou a aprovação do Quadro de M&A pelos Órgãos Deliberativos da UA, que deve ser seguida do seu enquadramento jurídico e implementação alargada a nível das Comunidades Económicas Regionais, Estados-membros e Órgãos da UA, a fim de permitir a monitorização e avaliação efectiva da implementação do Primeiro Plano de Implementação Decenal (FTYIP) da Agenda 2063;

- (c) Solicitar à CUA que continue com a concepção dos modelos e formatos de Monitorização e Avaliação (M&A) em colaboração com as CER, Estados-membros e Parceiros;

ii. Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos (MRI) e Financiamento da Agenda 2063

- (a) Aprovar a Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos (MRI) e Financiamento da Agenda 2063;
- (b) Recomendar as Estratégias Específicas de Financiamento para Projectos Emblemáticos e Instituições Financeiras Continentais;
- (c) Recomendar a elaboração do guião da Parceria de Estratégia, Mobilização de Recursos Internos (MRI) e Financiamento da Agenda 2063 com base na estratégia aprovada tendo em vista uma disseminação ampla junto dos Estados-membros;
- (d) Aprovar o Quadro Institucional e o Roteiro para a implementação e coordenação da Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos (MRI) e Financiamento da Agenda 2063; e
- (e) Solicitar à CUA que crie uma plataforma de mobilização de recursos conjunta UA-BAD-UNECA.

Relatório da Oitava Reunião do Subcomité da União Africana de Directores-gerais das Alfândegas

34. A reunião recomendou que o F10 aproveitasse a oportunidade oferecida pela criação do Grupo de Trabalho Técnico sobre a implementação da taxa sobre importações sob os auspícios do Subcomité da União Africana de Directores-gerais das Alfândegas.

Projecto de Regulamento Interno do CTE de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração

35. A reunião analisou e tomou nota do projecto de Regulamento Interno do Comité Técnico Especializado de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração.

36. A reunião recomendou o projecto de Regulamento Interno para uma análise mais aprofundada pelo CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos, antes da sua subsequente transmissão ao Conselho Executivo para aprovação.

5.ª Sessão: Análise e Aprovação do Relatório e das Recomendações da Reunião Ministerial e da Declaração Ministerial [Ponto 8 da Agenda]

37. Os participantes analisaram e aprovaram o relatório, as recomendações da reunião e a Declaração Ministerial com alterações.

6.ª Sessão: Diversos [Ponto 9 da Agenda]

38. Não houve nenhum debate sob este ponto da agenda.

7.ª Sessão: Local da Próxima Reunião [Ponto 10 da Agenda]

39. A reunião decidiu que a Comissão iria informar os Estados-membros do local da próxima reunião.

8.ª Sessão: Encerramento da Reunião [Ponto 11 da Agenda]

40. No seu discurso de encerramento, o Presidente da Mesa agradeceu a Comissão pelos seus esforços destinados à organização com sucesso do CTE. Agradeceu os participantes pelas suas intervenções, que enriqueceram o debate e as recomendações. Exortou África a trabalhar em conjunto e a colocar de lado as suas diferenças de modo a alcançar os objectivos comuns e um futuro próspero para todos os africanos. Em conclusão, desejou a todos os participantes uma boa viagem de regresso aos seus respectivos destinos.

**DECLARAÇÃO DA 1.ª REUNIÃO DO CTE DA UNIÃO AFRICANA DE
FINANÇAS, ASSUNTOS MONETÁRIOS, PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA E
INTEGRAÇÃO**

**26-27 DE OUTUBRO DE 2017
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**



**1.ª REUNIÃO DO CTE DA UNIÃO AFRICANA DE FINANÇAS, ASSUNTOS
MONETÁRIOS, PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA E INTEGRAÇÃO**

**26-27 DE OUTUBRO DE 2017
ADIS ABEBA, ETIÓPIA**

DECLARAÇÃO

Preâmbulo

Nós, os Ministros e Governadores dos Bancos Centrais dos Estados-membros da União Africana, reunidos por ocasião da Primeira Reunião do Comité Técnico Especializado da União Africana de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração, em Adis Abeba, nos dias 26 e 27 de Outubro 2017;

Recordando a Decisão Assembly/AU/Dec.227(XII), que altera a configuração dos Comités Técnicos Especializados (CTE) e a Decisão Assembly/AU/Dec.365(XVII), que solicita à Comissão a operacionalizar os CTE a partir de Janeiro de 2013 e a abolir as Conferências Ministeriais sectoriais;

Tomando nota do projecto de Regulamento Interno do Comité Técnico Especializado de Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração, analisado pela Primeira Reunião do CTE da UA, realizada em Adis Abeba, nos dias 26 e 27 de Outubro de 2017, e endossado para posterior análise pelo CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos antes da sua submissão ao Conselho Executivo para aprovação;

Reconhecendo a necessidade de promover a integração económica regional, em particular através de cadeias de valor regionais transformadoras, mercados inclusivos e desenvolvimento de negócios, que levem à criação de emprego, geração de renda e erradicação da pobreza em África, em consonância com a Aspiração 1 da Agenda 2063;

Tomando nota do Relatório e das Recomendações da Reunião dos Peritos, realizada de 23 a 25 de Outubro de 2017, em Adis Abeba, Etiópia;

Recordando a aprovação da Carta Africana de Estatística (ACS) e a Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA), bem como a criação do Instituto de Estatística da União Africana, a ser baseado em Túnis, Tunísia, e o Centro Pan-Africano de Formação em Estatística (PANSTAT), a ser baseado em

Yamoussoukro, Cote d'Ivoire, pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana;

Reconhecendo o papel fundamental da informação sobre estatísticas para a planificação, concepção, implementação, monitorização e avaliação de políticas de desenvolvimento sustentável e inclusivo que promovam a coesão social e uma sociedade equitativa, através da utilização de dados de qualidade no âmbito da Agenda 2063, a Estratégia Decenal do BAD e a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030;

Sublinhando a importância do comércio e do investimento como instrumentos fundamentais dos esforços de África para a transformação socioeconómica durante a próxima década e além;

Recordando as Declarações do Fórum do Sector Privado Africano emanadas das suas quinta e sétima reuniões, realizadas de 5 a 8 de Novembro de 2012, em Abidjan, e de 3 a 5 de Dezembro de 2014, em Nairobi, respectivamente, que recomendaram a criação do Centro Africano de Mercados Inclusivos (AIMEC);

Recordando igualmente o mandato conferido à Comissão da União Africana durante o CTE dos Ministros responsáveis pelas Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração, que teve lugar em Março de 2016 para "levar a cabo um estudo de viabilidade sobre a criação do Centro de Excelência Africano de Mercados Inclusivos por um consultor independente. As conclusões do estudo de viabilidade devem ser submetidas à apreciação dos Estados-membros da União Africana".

Cientes do workshop de Validação dos Estados-membros sobre o Plano de Actividades do AIMEC, que teve lugar em Nairobi, de 21 a 23 de Novembro de 2016;

Considerando o plano de actividades e o relatório final sobre a criação do Centro de Excelência Africano de Mercados Inclusivos (AIMEC) e considerando que o referido Centro faria uma imensa contribuição para a realização da Agenda 2063;

Tomando nota das propostas oficiais dos Governos da Tunísia, Egipto, Zâmbia, Benin, Senegal e Maurícias para acolher o Centro; e

Tomando nota também do Projecto de Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos e Financiamento da Agenda 2063, incluindo as recomendações da Reunião dos Peritos sobre o mesmo, realizada de 13 a 15 de Dezembro de 2016, em Pretória, África do Sul, sob a Coordenação Conjunta da CUA, BAD & UNECA; e

Tomando nota ainda do Relatório dos 10 Ministros das Finanças (F10) sobre a taxa de 0.2 por cento sobre importações;

ACORDAMOS EM:**SHaSA II, seu plano de acção e estratégia de mobilização de recursos**

Aprovar a SHaSA II como o único programa estatístico para os próximos dez anos para o continente e os seus documentos técnicos relacionados, e solicitar à CUA, ao BAD, a UNECA e ao ACBF para ajudarem os países africanos e as Comunidades Económicas Regionais (CER) a alinhar as suas estratégias de desenvolvimento estatístico com a SHaSA II, a fim de assegurar a coerência e a consistência na sua implementação;

Apelar aos Estados-membros a alocar 0,15% dos seus orçamentos nacionais às estatísticas, em conformidade com a decisão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da União;

Solicitar ao BAD e à CUA, com apoio da ACBF e UNECA, para que mobilizem recursos financeiros sustentáveis para a implementação da SHaSA II e apelar aos parceiros de desenvolvimento, filantropos, fundações, sector privado, organizações da sociedade civil e universidades para que apoiem esta iniciativa com vista a produzir estatísticas de qualidade e actuais;

Concordar em melhorar a cultura estatística entre todos os segmentos da sociedade, o que levará a um aumento do uso de estatísticas e a uma melhoria da qualidade das políticas e decisões, e, subseqüentemente, à melhoria dos resultados económicos e sociais.

Código de Investimento Pan-africano

Considerar o Código de Investimento Pan-africano (PAIC) revisto como um instrumento de orientação não vinculativo que poderia ser usado pelos Estados-membros tendo em vista a criação de um ambiente propício a nível nacional para o desenvolvimento de um sector privado mais vibrante e dinâmico que promove o comércio intra-africano e facilita a criação de emprego;

Solicitar à CUA que submeta o projecto de PAIC revisto ao CTE de Comércio, Indústria e Recursos Minerais, bem como outros CTE relevantes, para fins de análise, e que remeta ao CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos para análise adicional.

Centro de Excelência Africano de Mercados Inclusivos (AIMEC)

Reconhecer que os negócios inclusivos têm-se mostrado eficazes na criação de oportunidades para as populações de baixa renda, e que o desenvolvimento de mercados inclusivos é necessário para garantir que os benefícios do crescimento sejam partilhados de forma equitativa e criar um ambiente propício para negócios inclusivos;

Aprovar a criação do Centro de Excelência Africano de Mercados Inclusivos, e solicitar à CUA que considere as modalidades práticas para a operacionalização do Centro, em consonância com o regulamento interno da UA.

Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos e Financiamento da Agenda 2063

Sublinhar a Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos e Financiamento da Agenda 2063, no âmbito do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, como o único quadro continental para a mobilização de recursos e parcerias relacionadas que deve orientar a todos os Estados-membros, os Órgãos Deliberativos, os Parceiros de Desenvolvimento Regionais, Continentais, Bilaterais e Multilaterais nos seus esforços de cooperação e de desenvolvimento de África;

Endossar o foco principal da estratégia de mobilização de recursos e financiamento da Agenda 2063 no âmbito da Mobilização de Recursos Internos (MRI), e **Apoiar** a estratégia de MRI e financiamento da Agenda 2063, que deve ser abordada ao nível das suas três dimensões inter-relacionadas;

Endossar ainda o quadro institucional para a implementação, monitorização e avaliação, e elaboração de relatórios sobre a Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos e Financiamento da Agenda 2063, com o Comité Técnico Especializado de Finanças e Assuntos Monetários a desempenhar o papel do Comité Ministerial para a Mobilização de Recursos Internos e Financiamento da Agenda 2063 para evitar a duplicação; e

Convidar a CUA e o BAD para, em estreita colaboração com a UNECA e a NPCA, elaborar um “Guia e Roteiro para a Mobilização de Recursos Internos e Financiamento da Agenda 2063” com base na “Estratégia de Parceria, Mobilização de Recursos Internos e Financiamento da Agenda 2063” adoptada, com vista a uma ampla divulgação aos Estados-membros, em estreita colaboração com as Comunidades Económicas Regionais (CER).

Feita em Adis Abeba, Etiópia, a 27 de Outubro de 2017

2018-01-26

Report of the First African Union
Specialized Technical Committee on
Finance, Monetary Affairs, Economic
Planning and Integration, 23 – 27
October 2017, Addis Ababa, Ethiopia

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/8929>

Downloaded from African Union Common Repository